



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

CARTOGRAFIA DOS CAMINHOS: ENTRE TRAJETOS E NARRATIVAS SOBRE AS  
FORMAÇÕES URBANAS MINEIRAS NOS SÉCULOS XVIII-XIX E OS CAMINHOS HISTÓRICOS  
INDÍGENAS

**Adriana Gomes do Nascimento** (UFSJ) - [adrianan@ufs.edu.br](mailto:adrianan@ufs.edu.br)

*Arquiteta e Urbanista (PUCCAMP), Mestre em Urbanismo (PROURB), Doutora e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Professora associada DAUAP/PIPAUS/UFSJ*

**Marília de Fátima Dutra de Ávila Carvalho** (UEMG) - [mariliadefatimaavilacarvalho@gmail.com](mailto:mariliadefatimaavilacarvalho@gmail.com)

*Arquiteta e Urbanista, Mestrado em Geografia, DouArquiteta-urbanista (UFMG), Mestrado em Geografia (UFMG), Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela EAUFMG/NPGAU/UFMG. Pesquisadora independente.*

**Suzana Helena Ceranto Ribeiro** (UFSJ) - [suzanahe0@aluno.ufsj.edu.br](mailto:suzanahe0@aluno.ufsj.edu.br)

*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo e bolsista de iniciação científica vinculada ao DAUAP/UFSJ*

## Cartografia dos caminhos:

entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII-XIX e os caminhos históricos indígenas

### INTRODUÇÃO

Na historiografia urbana e pesquisas sobre a formação de cidades ainda é pouco discutida a relação entre os caminhos históricos indígenas em sua relação com a estruturação espacial urbana. Desde 2017, esta é umas das linhas reflexivas que têm sido desenvolvidas com a publicação de alguns resultados, delineando possibilidades e hipóteses acerca do tema.

Percebemos que a produção historiográfica e do pensamento urbano e urbanístico no Brasil possui uma lacuna sobre a relação entre os caminhos históricos dos povos originários e as formações das redes urbanas, diferente dos países na qual a colonização tem orientações hispânicas. Embora encontremos menções de presenças dos povos originários, essa inter-relação é muitas vezes sutil, não se mostra de forma explícita, foi preciso buscar indícios dos caminhos históricos indígenas.

Na discussão sobre o povoamento da América, numa perspectiva crítica, Bueno (2019) menciona Ailton Krenak, em sua obra *Antes o mundo não existia* e expressa a necessidade de reorientação do ponto central da análise arqueológica: a Arqueologia convencionalmente chamada de pré-histórica ou pré-colonial no Brasil, que lida, entre outros temas, com o do povoamento inicial da América, deve ser vista essencialmente como História indígena.

Alguns vestígios, estudados nesta pesquisa, estão em signos pictóricos rupestres deixados pelos “paleoíndios” (PROUS, 1992; RESENDE, 2019), como nas formações rochosas de Andrelândia, na Serra do Lenheiro em São João del-Rei ou na toponímia de rios e lugares herdada dos tupis, carijós e outros etnias.

Ao andar de mãos dadas com a História apontamos a necessidade de o Urbanismo recorrer às contribuições do paradigma indiciário para a análise de narrativas no campo da historiografia da urbanização. O paradigma indiciário, estudado e utilizado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), possibilita interpretar a realidade, algumas vezes opaca, em busca de características menos vistosas, de indícios que permitam decifrá-la e compreendê-la (LEANDRO e PASSOS, 2021).

Que elementos considerar à procura de indícios desses caminhos? O paradigma indiciário não se baseia nas características mais vistosas da situação pesquisada, porém atenta em indícios, às vezes imperceptíveis, em sintomas, signos pictóricos (como as pinturas rupestres ou marcações cartográficas), pormenores, dados marginais e pistas (GINZBURG, 1989).

Este artigo diz sobre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII-XIX e sua relação com os caminhos históricos indígenas no recorte da Comarca do Rio das Mortes. Ao analisar as narrativas de diferentes sujeitos, quais sejam o colonizador branco que veio da Europa e

o indígena da população autóctone, intuímos que há narrativas diferentes a considerar nas quais pode-se perceber palavras comuns, mas com significados e sentidos distintos.

Baependi significa em tupi “muitos caminhos dependurados no alto”; a população branca que colonizou Baependi se instalou numa grande coivara aberta pelos índios na mata fechada, num lugar alto. A coivara aberta na mata, para o indígena, era um local preparado para o cultivo de roças (PROUS, 2006); a mesma coivara para o colonizador branco era um local vazio e desmatado, apropriado para construir um arraial. A etimologia pode dar indícios de qual dos significados/sentidos de uma palavra o narrador está utilizando.

Cada narrativa orienta sentidos a serem seguidos pela análise, de modo flexível, sem impedir a atenção para elementos presentes nas narrativas, com o objetivo de encontrar os indícios (GINZBURG, 1989), dentre os quais a revisão de bases cartográficas dos caminhos.

Diferente do que temos encontrado na produção brasileira, há o reconhecimento das pré-existências pré-coloniais na historiografia e na produção do conhecimento territorial latino americano e de colonização espanhola. As marcas da imposição dos valores dos invasores estão presentes tanto nas cidades brasileiras, quanto nas latino-americanas. Isso pode ser confirmado não só em estudos antropológicos, históricos, arqueológicos e geográficos, mas também na formação urbana que conta com extensa bibliografia, projetos de pesquisa e esforços institucionais e museográficos.

Confrontar criticamente certas práticas, condutas e narrativas numa perspectiva revisionista decolonial é um desafio, pois ao retomarmos o passado, defrontamos o presente e orientamos o futuro (ARENDDT, 2011, RIBEIRO, 2004; SANTOS, 2007).

Estudos cartográficos (COSTA, 2007) e iconográficos dos trajetos primevos das redes urbanas colaboram para preencher a lacuna entre a produção do conhecimento sobre a relação dos povos autóctones no Brasil com os caminhos que guiaram ‘descobertas’ do território e a formação das redes urbanas, já constatadas mínguas revisões.

Na historiografia urbana, as características físicas, geográficas ou naturais foram decisivas para a implantação das cidades (TEXEIRA, 2012; COELHO *et al*, 2013), contudo, há outros fatos e fenômenos que também são determinantes.

Há as permanências e transitoriedades nas estruturas urbanas, que as vias como elementos mais duradouros da forma urbana (Rossi, 1995), dentro das terminologias da morfologia e dos estudos urbanos a noção de caminho tem sido também entendida como estruturante do espaço das cidades e do território. Termos como trajeto matriz e trajeto de união (CANIGGIA e MAFFEI, 1979), caminho-tronco (utilizado por alguns pesquisadores brasileiros como COSTA e NETTO, 2015) e, ultimamente, caminho ou estrada real, sob os auspícios do *marketing* cultural, têm sido fundamentais para o entendimento das questões investigadas.

Apesar de diversas áreas do conhecimento terem colaborado para preencher as lacunas, nossos esforços têm se concentrado em acervos de pesquisa histórica, documental e imagética, principalmente disponíveis *on-line*, devido aos desafios enfrentados pela pandemia da COVID-19, como os arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), e referenciais de diferentes pesquisas de âmbitos interdisciplinares.

Destacamos a base de dados publicada pela historiadora Maria Leônia Chaves de Resende, que tem relevância sobre os territórios indígenas pré-coloniais, com os quais vimos empenhando esforços para confrontar com a produção sobre a formação da rede urbana dos séculos XVIII-XIX.

Para tanto, voltamos os olhos para a rede urbana formada na antiga Comarca do Rio das Mortes (região histórica que existiu em Minas Gerais de 1711 a 1891) (FONSECA, 2011; CARVALHO, 2015).

Vale destacar que existem muitos estudos sobre a formação das redes e da forma das cidades históricas em relação com as regiões produtivas agropecuárias e minerárias dos séculos XVIII-XIX, apesar disso, ainda há uma carência de estudos que analisam dados históricos e imagens visando a produção de outras narrativas sobre os caminhos que colaboraram e guiaram a descoberta e a interiorização no período colonial brasileiro.

Entendemos que a inserção das questões indígena e africana (embora esta não esteja como objeto neste estudo), frequentemente invisibilizadas nos estudos urbanos e regionais mineiros, têm muito a contribuir com os estudos urbanos morfológicos (CANIGGIA e MAFFEI, 1995; PANERAI, 2006; OLIVEIRA e PINHO, 2015); numa perspectiva decolonial (NASCIMENTO e DAMINELLO, 2019; NASCIMENTO *et al*, 2021), inter e transdisciplinar, oferecendo outras leituras e análises históricas e espaço-temporais.

Este artigo tem por objetivo analisar vestígios de alguns caminhos históricos indígenas, em acervo documental e iconográfico (mapas e desenhos históricos), que se entrelaçam a atual 'Estrada Real' e que talvez fundem diferentes caminhos históricos: dos tropeiros, das boiadas baianas, do celeiro agrícola e da estrada geral do sertão, dentro do território da Comarca do Rio das Mortes.

Entende-se que originariamente esses caminhos subsidiam tanto a descoberta das riquezas minerais brasileiras, quanto a fundação das cidades de matriz portuguesa setecentistas, barrocas e mineiras.

## **ABORDAGENS E LEITURAS TERRITORIAIS**

O processo metodológico tem pressuposto experimental por meio de recursos de revisão bibliográfica, análise de cartografia histórica e construções de mapas resultados da sobreposição e verificação de dados levantados. Para entendimento da estrutura e formação urbanas setecentistas utilizou-se recursos da morfologia urbana e teorias urbanas geográfico-sociológicas e para a compreensão dos caminhos históricos indígenas recorreu-se a pesquisa bibliográfica referências no assunto.

Em nossa revisão de literatura os autores principais consultados foram os seguintes:

1. Em fontes cartográficas históricas, observamos os acervos digitais da BNRJ e do *Atlas do Patrimônio Histórico na Cartografia Histórica de Minas Gerais* (SANTOS, SEABRA e COSTA, 2016) com valiosas informações, complementados por análises cartográficas e orientações em revisão bibliográfica do pesquisador Jorge Cintra (2021);
2. Base documental realizada pela historiadora Maria Leônia Chaves de Resende (UFSJ), sobre as questões históricas indígenas pré-coloniais;
3. Literatura de morfologia urbana sobre diferentes noções dos caminhos: caminho-tronco (COSTA e NETTO, 2015), trajeto matriz e trajeto de união (CANIGGIA e MAFFEI, 1979);
4. O paradigma indiciário (GINZBURG, 1989);
5. Estudos sobre a Comarca do Rio das Mortes;
6. Textos de arqueologia (PROUS, 1978-80; 1992; 1997; 2006; HECKENBERGER, PETERSEN e NEVES, 1999; HECKENBERGER, 2008; BUENO, 2019);
7. O livro *Arraiais e Vilas D'el Rei: Espaço e Poder nas Minas Setecentistas* (FONSECA, 2011);
8. Teoria da *Rede de Cidades* (CHRISTALLER, 1966);
9. Estudos urbanos e regionais históricos, socioespaciais e morfológicos com distintas abordagens disciplinares, simultaneamente complementares.

A metodologia empregada visou a sistematização e a compreensão de pressupostos documentais e representacionais daquilo que vem sendo difundido como dado histórico em relação à invisibilidade de relações e conhecimentos prévios à colonização, no sentido de revisão histórica, com perspectiva decolonial.

A pesquisa em acervos digitais, os estudos e análises documentais foram realizados remotamente, em formato *home office*, devido aos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, com exposições, debates e discussões *on-line* semanais com os membros integrantes do projeto de pesquisa. Os principais *softwares* utilizados para a produção visual foram *QGIS* e *Adobe Photoshop*.

A carta cartográfica, e mais recentemente o sistema de posicionamento global (GPS), articulados como ferramenta, são indispensáveis ao conhecimento territorial, possibilitando realizar deslocamentos desejados.

Nas cartografias históricas os aspectos geomorfológicos e características naturais são empregados como referências territoriais, com destaque para os cursos hídricos e cadeias montanhosas (COELHO, 2013), que, em alguns casos, podem ser encontradas também nas iconografias decorativas nas margens das cartas, símbolos segundo o olhar do colonizador, como flora e fauna local.

As presenças nativas são pouco inseridas nos mapas históricos, frequentemente como alertas para os viajantes sobre existências amigas ou inimigas, a localização de aldeias de gentios ou apenas como elemento

decorativo, enquanto o destaque está nos elementos que marcam o processo de ocupação europeia (caminhos, capelas, paróquias, vilas, arraiais, registros, sítios e fazendas e destacamentos de soldados) (NASCIMENTO *et al*, 2021).

Embora os povos nativos não tivessem o costume de fazer registros escritos, antes da chegada dos europeus na América (CINTRA, 2021) a oralidade tinha um papel importante para esses povos. Seus corpos eram detentores de sua cultura, territorialmente. Com línguas próprias, faziam nomeações, atribuíam significados a tudo que os cercavam no plano físico e espiritual (WILLIAM, 2019).

Esses povos não eram primitivos e nem embrutecidos como designados pelos europeus (GROSFOGUEL, 2016), eles apenas possuíam culturas e visões de mundo diferentes das dos invasores.

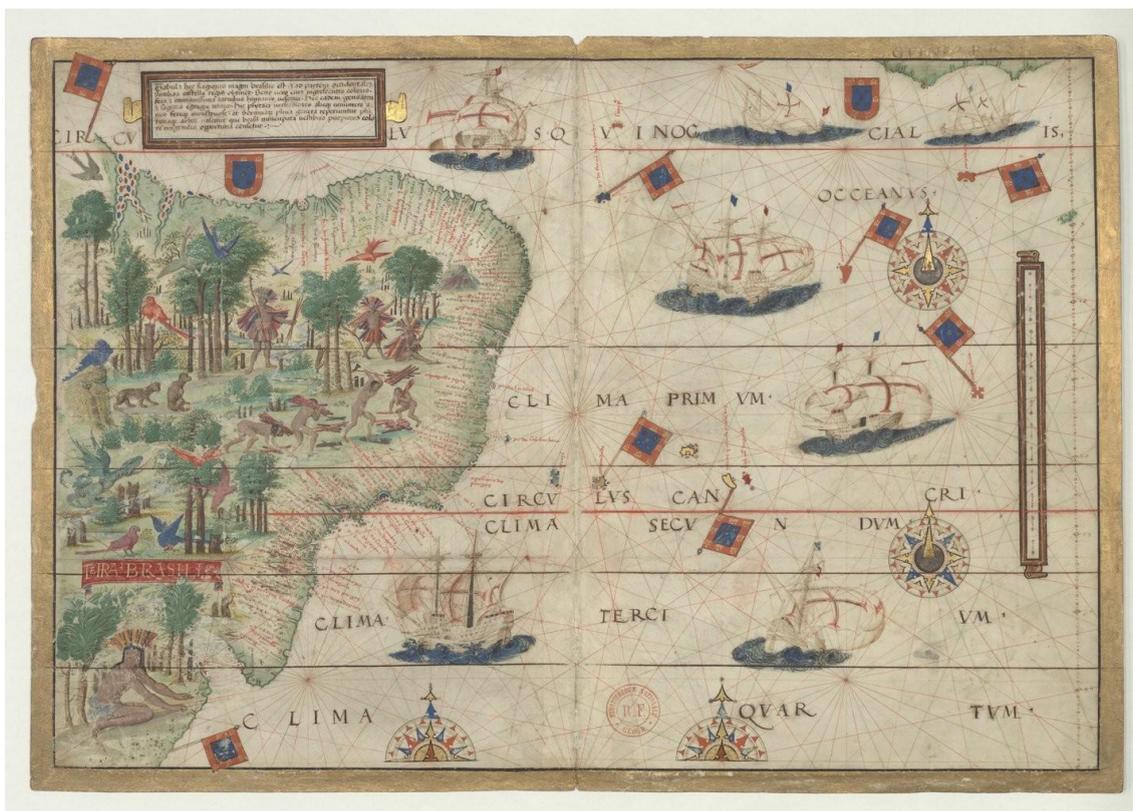
Desde os tempos mais remotos da história humana há a presença de disputa e dominação entre povos e territórios tanto no mundo ocidental quanto no oriental, concomitante com a destruição da cultura do dominado e a imposição da do dominador (MEMMI, 2007), que pode ser observada como um ciclo que vai do princípio ao auge e finaliza com a queda.

No processo imperialista Ibérico não foi diferente. Com o declínio de Portugal e Espanha e a ascensão de potências como Inglaterra, França, Alemanha, Itália e, posteriormente, Estados Unidos, o conhecimento nas estruturas e instituições vigentes provém dos homens brancos ocidentalizados das potências citadas (GROSFOGUEL, 2016).

Há também a produção de racismo e sexismo epistêmico que desqualifica “outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2016, p.25).

Ao apontar essa disputa de poderes e dominação, podemos refletir sobre o que era de interesse representar nas cartas cartográficas. Por que os elementos europeus recém-chegados possuem mais protagonismo do que os existentes nesta terra? Quem produziu esses mapas históricos? Quem tinha acesso e a quem interessava essas informações? Como e onde são arquivados esses documentos tão valiosos? Aqui levantamos algumas questões, ainda sem respostas.

Não é errado dizer que esses documentos manuscritos são verdadeiras obras de arte. O famoso mapa *A Terra Brasilis* (Fig.01) é uma importante referência. Ele é uma das cartas que compõem o Atlas Miller (1519), que possui cartas náuticas do cosmógrafo português Lopo Homem e ilustrações de Antônio de Holanda, e o exemplar original encontra-se na Biblioteca Nacional da França.



Source: [gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr) / Bibliothèque nationale de France

Fig.01 - Mapa A Terra Brasilis. Fonte: Atlas Miller (1519). Disponível em: <http://www.mapas-historicos.com/atlas-miller.htm>. Acesso em nov. 2021.

Com a finalidade de difundir a grandeza do Império Lusitano, essa obra artística foi encomendada por D. Manuel, Rei de Portugal e do Algarve, e provavelmente presenteado para alguma figura ilustre da época. Cintra (2021) analisa a carta cartográfica e expõe os elementos utilizados para navegação e os simbolismos, como o ato de fincar bandeiras com o brasão lusitano indicando posse do território recém descoberto/invadido pelos europeus.

Observou-se nos levantamentos de mapas, imagens e escritos da época da colonização a exaltação dos elementos naturais, como a flora e fauna, e a depreciação da imagem dos nativos, colaborando para a deturpação do imaginário europeu (RAMINELLI, 1996; SCHWARCZ e STARLING, 2020).

A curiosidade dos europeus em relação aos indígenas é evidenciada por Schwarcz e Starling (2020) e Verunschik (2021) ao destacar escritos e ilustrações de época.

Muitos floreios também serviam para impressionar patrocinadores para continuarem financiando as viagens ao além-mar. A partir de nomenclaturas e iconografias que marcam posição nas cartas cartográficas, podemos observar o processo de ocupação europeia, acompanhados por indígenas e africanos, no território mineiro, por meio de registros de “processos de delimitação de caminhos, de urbanização e de colonização sistemática” (NASCIMENTO *et al*, 2021).

As cartas como obras de arte eram realizadas por cartógrafos, artistas, viajantes, jesuítas, cientistas, arquitetos, engenheiros e militares provenientes do “Velho Mundo” (ADONIAS e FARIAS, s/d).

Enquanto algumas cartografias são amadoras, por não serem realizadas por especialistas, outras eram utilizadas como ferramentas, já que “registram informações sobre resultados de ações ou para seu planejamento e são considerados documentos afeitos às estratégias e às táticas políticas e militares, às ações e às decisões administrativas, civis e eclesiásticas...” (SANTOS, 2007, p.55).

O conhecimento territorial é tão valioso que o cartógrafo e militar português, José Joaquim da Rocha, foi acusado por alguns réus de fornecer seus mapas para auxiliar os inconfidentes mineiros no levante. Embora tenha sido declarado inocente, a conclusão após a análise de cinco mapas da capitania mineira revelaram possuir o “espaço colonial uma conformação geográfica que ameaçava as ligações de dependência entre a colônia e metrópole” (FURTADO, 2009, p.155).

Como muitos desses documentos continham informações de interesse da Coroa Portuguesa sobre os territórios da América Portuguesa, sua elaboração, uso e conservação eram sigilosos e pouco acessíveis (SANTOS, 2007). Provavelmente essa precaução foi responsável pela escassez de registros cartográficos restantes acerca das primeiras décadas da ocupação do território mineiro (MORAES, 2006).

Não podemos esquecer que os primeiros conhecedores do território eram as populações autóctones. Em diários de viagens de exploradores europeus é possível observar as inúmeras vezes que eles utilizam dos conhecimentos indígenas para realizar seus feitos de deslocamentos no território latino americano (HOLANDA, 2018; CINTRA, 2021).

Podemos dizer de um verdadeira apropriação cultural (WILLIAM, 2019) do conhecimento geomorfológico dos povos originários e utilizados de maneira perversa contra eles, muitas vezes resultando em sobreposição, alargamento, modificação e apagamento dos caminhos e dos vestígios pré-coloniais (PROUS, 1992; 2006; RESENDE *et al*, 2014; HOLANDA, 2018; NASCIMENTO e DAMINELLO, 2019; NASCIMENTO, 2020; CINTRA, 2021).

Segundo Cintra (2015, p.773) é fundamental questionar os mapas. Para tal, devemos começar desenvolvendo a habilidade de leituras de mapas, “pode-se iniciar pela divisão e análise atenta e aprofundada das partes para depois realizar a síntese e atribuir sentido”. Essa tem sido nossa estratégia nas análises realizadas nas cartografias históricas selecionadas.

Posteriormente às análises dos mapas, por meio de tecnologias e *softwares* livres, temos redesenhado mapas “em uma mesma escala, com ajustes referentes aos trajetos praticados ao longo do tempo, trazendo as transformações ocorridas e topônimos adotados temporalmente segundo sua relação com as vilas, povoados e cidades” (NASCIMENTO, 2020, p.6).

O livro *As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa* (IGA-MG, 1997)

tem sido uma fonte inestimável de dados acerca das denominações urbanas e de estudo toponímico que tem nos auxiliado nessas construções cartográficas.

Partindo das análises e da revisão bibliográfica, percebemos o quanto há a presença indígena nos caminhos e nas formações urbanas mineiras dos séculos XVIII-XIX na Comarca do Rio das Mortes. Os povos autóctones podem até não estar muitas das vezes explicitamente presentes nas cartografias históricas, mas eles aparecem implicitamente, seja nos traçados dos caminhos, nos pontos de paradas ou nas construções e manutenções dos assentamentos europeus (CINTRA, 2021). Sua presença e participação na construção da nação brasileira de hoje é indiscutível.

## DEBATES E RECORTES ARTICULADOS A OUTROS CAMPOS DE CONHECIMENTO

Na Comarca do Rio das Mortes há núcleos urbanos que se formaram em territórios das nações indígenas:

A antiga comarca compreendia não só o sul do 'sertão' das minas que se estendia até os limites da Serra da Mantiqueira, como também o 'sertão' do Indaiá e Abaeté na bacia do Rio São Francisco, o 'sertão' da região entre Pitangui e Tamanduá (atual Itapeverica), o 'sertão' do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos e o 'sertão do leste' na mata mineira, também chamado 'sertão do Rio Doce', habitado por botocudos, ou também 'sertão dos Arrepiados', a leste da Zona da Mata (atualmente, em 2021, município de Araponga), habitado por índios da nação Puri. (CARVALHO, 2015, p.31) (Fig.02)



Fig.02 - Indígenas Puris em cerimônia de dança. Autoria: François-Hyppolyte Lalaisse, Domínio Público, via Wikimedia Commons.

Muitos desses territórios indígenas tornaram-se arraiais de colonos, núcleos estáveis de povoamento, à margem dos caminhos outrora abertos pelos indígenas (CARVALHO, 2015).

Visconde do Rio Branco na zona da mata foi criado às margens do Rio Pomba, tornou-se distrito em 1810 e teve as seguintes denominações anteriores: Presídio dos Índios Puris (presídio tinha um significado diferente do

que temos hoje, significava um local murado onde as tropas se acuartelavam), Presídio de São João Batista, São João Batista dos Índios Cropós, São João Batista do Presídio, Rio Branco (IGA-MG, 1997).

A figura 03 mostra a grande diversificação dos grupos indígenas no vasto território mineiro.

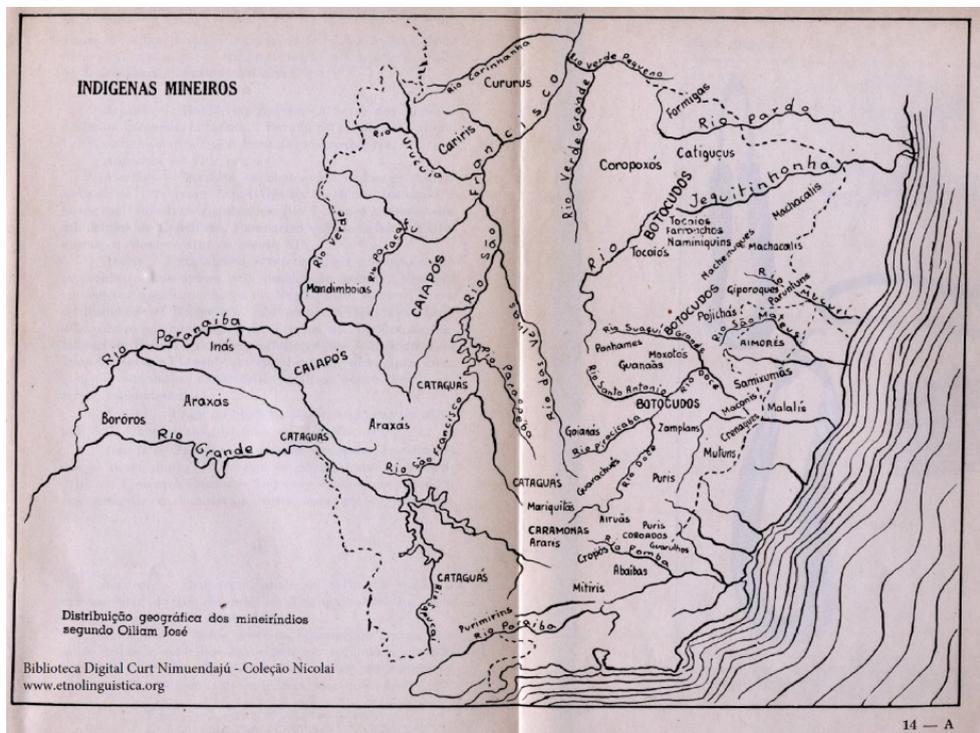


Fig.03 - Índigenas mineiros: distribuição geográfica dos mineiríndios segundo Oiliam José.  
 Fonte: JOSÉ, 1965, p.14-A.

Neste artigo, consideramos a ‘análise regionalizada’ (urbanística) voltada para a ‘reconstrução de regiões históricas’, ou seja, um modelo de ‘análise regionalizada’ que recorta a região da Comarca do Rio das Mortes conforme reagrupamentos históricos de áreas formadoras da sua ‘expansão urbana’.

O território da Comarca foi uma parcela de ‘terra’ altamente rentável porque dela extraiu-se o minério de ouro, mercantilizou-se o produto agrícola, e, mais adiante, a partir de meados do século XIX, quando o sistema sesmarial deixou de existir (após a Lei de Terras de 1850), mercantilizou-se a terra agricultável para novas fazendas no sul de Minas e implantou-se a compra e venda de terra parcelada para uso urbano.

Algumas visões de época consideram o território do ponto de vista da História Cultural conforme Sérgio Buarque de Holanda (1948) e Jaime Cortesão (1940a; 1940b), no sentido do encontro de duas culturas e da formação de uma terceira, num processo de contínua transformação. O território mineiro na Comarca do Rio das Mortes foi gestado pelo encontro da cultura dos mineradores, por padrões culturais europeus e africanos, por distanciamentos e repúdios em relação à população indígena nativa.

O território da Comarca pode ser considerado relativamente homogêneo pelas formas de organização social de matriz lusa, pela alimentação, pela

mescla, não necessariamente pacífica, luso-africana e indígena. Há uma relação profunda e difícil entre essas culturas, no território da Comarca e suas cidades, numa organização onde se perpetua uma construção cultural e social (ARAÚJO, 2004), e adicionamos que se materializa também por exclusão, invisibilização e esquecimentos.

Outra dimensão de território, que objetivamente interessa ao Urbanismo e ao planejamento urbano é a dimensão material e político-econômica da rede urbana que se instalou e expandiu nesse território, ao longo de 177 anos, desde o ouro amarelo até o ouro verde (café). O urbanismo no Brasil respondeu a políticas bem definidas por parte de Portugal (REIS FILHO, 2001). Certamente, havia preocupação em seguir diretrizes urbanísticas na fundação de novas vilas.

Em geral, os referenciais atribuíram ao território histórico da Comarca do Rio das Mortes um sentido coletivo aos indivíduos e os grupos que ali se estabeleceram. No entanto, a visão decolonial nos faz rever os sentidos do caráter identitário da “territorialidade”, não apenas como atributo do território, que nos possibilita interpretar aspectos da rede urbana em tempos coevos. A territorialidade ligada à noção de identidade coletiva dos homens com o território (FÁVERO, 2004) nos remete às perguntas: Que homens, mulheres e que coletivo? Num processo que expropria outros?

Há que se considerar também a paisagem e a superfície terrestre coberta pela rede urbana no território da Comarca. Para visualização e espacialização da rede urbana na superfície terrestre do território da antiga Comarca, o artefato operatório privilegiado é a cartografia (BUENO, 2012; CARVALHO, 2015).

Fernanda Borges de Moraes (2006) foi uma grande estudiosa da cartografia histórica. Investigou o trabalho de José Joaquim da Rocha, militar português, que chegou a Minas por volta de 1763. Ao longo de sua carreira como cabo-de-esquadra do Regimento da Cavalaria Regular de Minas Gerais, Rocha teve a oportunidade de percorrer e conhecer com profundidade a capitania mineira, desenvolvendo suas habilidades de cartógrafo e de estrategista.

O mapa da Capitania de Minas Gerais desenhado por Rocha em 1778 (Fig.04) constata o surgimento de novos núcleos e aponta algumas transformações importantes ocorridas na rede urbana, indicando o fortalecimento político da Comarca do Rio das Mortes, com a elevação à categoria de vila de dois arraiais: Campanha (1798) e Queluz (1791), e de duas freguesias, Tamanduá (atual Itapeçerica, em 1789) e Barbacena (1791).

Os registros de Rocha são de fins do século XVIII, constando, em seu mapa, dois núcleos urbanos na Comarca (São João del-Rei e São José del-Rei, atual Tiradentes) que foram os municípios pátrios da Comarca.

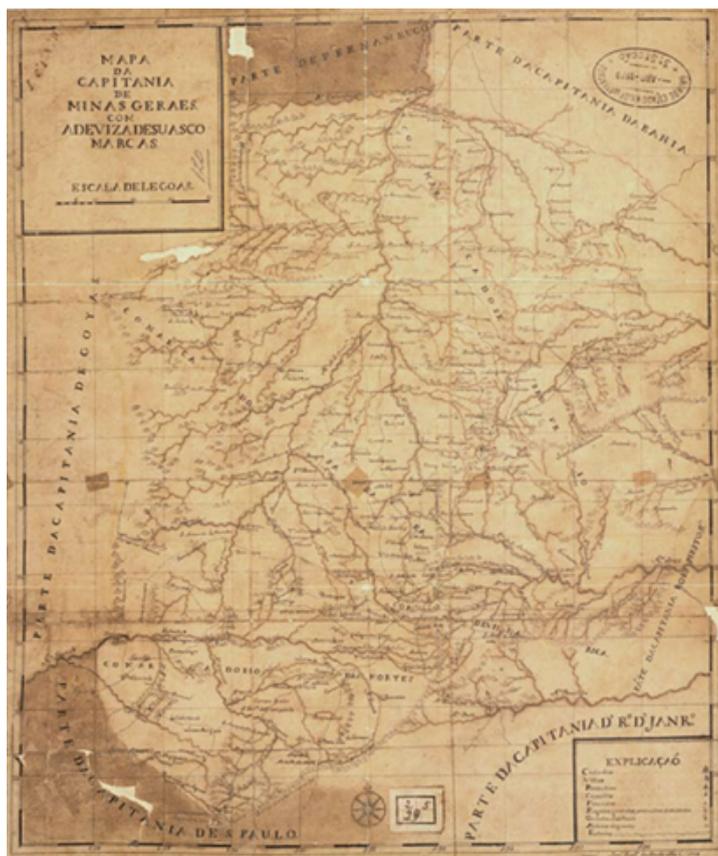


Figura 1 – José Joaquim da Rocha. Mapa da Capitania de Minas Gerais. 1778. Acervo do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro. Reprodução de Tibério França.

Fig.04 - José Joaquim da Rocha. Mapa da Capitania de Minas Gerais. 1778. Fonte: Arquivo do Exército, Rio de Janeiro. Reprodução de Tibério França.

Há também a representação de alguns dos principais eixos de penetração populacional no ‘sertão’, a exemplo do “Caminho novo do gado”, ao longo do rio São Francisco, e do “Caminho de Garcia Roiz para as Minas”, ligando o Rio de Janeiro às minas do Rio das Velhas (MORAES, 2006, p.179). A hidrografia é uma referência importante na cartografia histórica.

A hidrografia também foi, ao mesmo tempo, um facilitador e um dificultador do povoamento inicial da Comarca do Rio das Mortes. Os rios facilitavam a orientação de localização no espaço, mas, não havendo como transpô-los, foram empecilho na viagem. A menção aos rios na toponímia da cartografia histórica da Comarca é indicativa da grande quantidade de cursos d’água existente que, por outro lado, impulsionaram a expansão urbana por sua possibilidade de transporte de carga e de pessoas em embarcações leves. Enquanto não havia estradas abertas no terreno virgem, o caminho, seja para adentrar o sertão, quer para retroceder ao litoral, era preferencialmente a rede fluvial navegável. A toponímia das vilas mineiras setecentistas expressa a condição de sua localização em relação à calha de rios: Jacuí (anterior a 1745), Pitangui (1715), Dores do (rio) Turvo (1773), Rio Pomba (1718) e outras. (CARVALHO, 2015, p.94)

Ao adotarmos como referência a *Teoria do Lugar Central* de Christaller (1966), retomada posteriormente em pesquisas de história econômica e regionalização mineira do Cedeplar-UFMG, conectamos com a produção do

grupo de pesquisa sobre população e economia formado por Godoy, Paiva e Rodarte (2000); bem como o grupo de História Econômica e Regionalização de Cunha, Simões e Paula (2008), que referenciam Christaller no sentido de que há uma rigidez da rede de cidades no tempo.

Os lugares da Comarca do Rio das Mortes que se mantiveram importantes nos XVIII-XIX mostram-nos que, regionalmente, na rede urbana da antiga Comarca havia lugares centrais, superiores e intermediários.

Havia lugares importantes no Dezoito e no Dezenove que se mantiveram igualmente importantes do XX em diante, lugares esses que, hoje, constituem "pólos microrregionais". Tais lugares, na antiga Comarca, foram apontados por Rodarte (1999) como os lugares mais procurados pelos Correios da Província no XIX, e permaneceram "centrais": São João del-Rei, Barbacena, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Pouso Alegre, Pouso Alto, Baependi, Jacuí, Campanha, Oliveira, Queluz, Itapeverica, Formiga. Muito da importância de tais lugares se relacionava às suas comunicações com Ouro Preto (capital da Província), com a corte no Rio de Janeiro, além da comunicação de Minas com São Paulo e de Minas com Goiás (CARVALHO, 2015, p.83).

Embora as ideias de Christaller possam nos parecer antigas, há que se considerar sua reaplicação em pesquisas mencionadas e produzidas no Cedeplar-UFMG. Na *Teoria do Lugar Central* de Christaller (1966, desenvolvida depois por EVERITT, 1986; e PRED, 1979), quanto mais bens e serviços a cidade passa a oferecer, maior sua área de influência, maior sua importância no lugar.

Na hierarquia de pólos urbanos, a população se fixa numa dada região, se movimenta para os lugares centrais dessa região, criando entre os pólos e os núcleos menores uma relação de interdependência, mas também de ordenação dos fluxos econômicos e das estruturas produtivas compreendidas por caminhos e territorialmente.

Ao assumir o desafio de adotar uma perspectiva revisionista decolonial nos deparamos com outras pesquisas pregressas do Cedeplar/Departamento de Documentação e Estatística/UFMG sobre estrutura e dinâmicas demográficas de Minas Gerais na primeira metade do século XIX (PAIVA, 1987) e pesquisas da USP sobre historiografia do trabalho escravo no Brasil, em especial o trabalho indígena. Quanto ao recorte da demografia focamos principalmente nos seguintes temas: distribuição espacial da população e fluxos migratórios.

Como confrontar criticamente essas importantes contribuições teóricas? É sabido sobre a inserção de grupos indígenas no espaço colonial, especialmente como mão de obra em terras paulistas. Mas isso teria acontecido na província mineira? Esse é um grande desafio teórico-metodológico que precisa ser encarado se quisermos prosseguir nessa seara.

*O trabalho indígena no Brasil durante a primeira metade do século XIX: ainda é um labirinto para os historiadores*, conforme Machado (2020). Esse é um dos campos que ainda precisa ser melhor investigado e explorado. Nas

últimas décadas houve uma expressiva mudança no tratamento dispensado por parte dos historiadores às populações originárias. Esta mudança de enfoque decorreu dos progressos verificados nas pesquisas dedicadas ao estudo dos sistemas escravistas na América.

Numa escala regional, da Comarca no contexto de Minas Gerais, importam as rotas que estabelecem os percursos comerciais internos e interprovinciais, da economia e da subsistência e também da economia mercantil, pois são elas em parte, que sobrepõem, em nossos entendimentos, os caminhos indígenas.

Conforme Cunha, Simões e Paula (2008, p.22-23), também enfatizado por Carvalho (2015, p.129), temos:

[...] no século XVIII, três rotas importantes mantiveram vínculos com a capital mineira em Vila Rica: a rota dos muares (utilizada pelo tropeirismo), proveniente das províncias ao sul do Brasil, passando por Minas; a rota das boiadas baianas e pernambucanas (foi a rota do gado da Bahia e do Pernambuco), em direção ao lado oeste do Rio São Francisco, conectando a parte oeste da comarca com a Bahia e com Goiás; a rota do celeiro agrícola, todas as três direcionadas ao abastecimento da região mineradora, entre o sul da Comarca do Rio das Mortes e Vila Rica e entorno.

Muitas já existiam (e são as que nos interessam) e foram ampliadas pelos abridores de caminhos (ANDRADE, 2011). Importante mencionar que os abridores de caminhos usavam as picadas indígenas como base para se apossar do território ocupado pelos indígenas (RESENDE *et al*, 2014; HOLANDA, 2018).

O que aqui se enfatiza é o fenômeno da expansão urbana em sua relação com os caminhos históricos indígenas.

Em sua pesquisa Resende *et al* (2014; 2019) localiza os sítios arqueológicos que foram habitados pelos “paleoíndios” (PROUS, 1992) e suas inscrições rupestres.

Nos mapas mencionados são indicados alguns dos diversos sítios arqueológicos rupestres já mapeados no Brasil, com pinturas feitas por diferentes grupos étnicos dos povos originários das Américas.

Atualmente, o Estado de Minas Gerais possui mais de 2.500 sítios arqueológicos pré-coloniais cadastrados e apresenta um potencial enorme para a identificação de mais dezenas de milhares. [...] Em Minas Gerais, a Arqueologia Pré-histórica, também referida como Arqueologia Pré-colonial, abrange sítios arqueológicos deixados por populações ameríndias que ocupavam o território desde o início da ocupação humana, por volta de 12.000 mil anos atrás, antes da invasão colonial, ou seja, antes do surgimento das “Minas Gerais”. (IPHAN, s/d)

A proximidade dos sítios arqueológicos com as rotas e rodovias evidenciam a relação entre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII-XIX e os caminhos históricos indígenas. Quanto às inscrições rupestres, “o mais provável é que a maioria dos grafismos tenha sido feita como

afirmação de etnicidade, expressão de uma crença, ato mágico, proclamação política de status, ou posse” (PROUS, 2006). Conforme o arqueólogo e professor da PUC Minas Castor Cartelle (2018) pode-se também interpretar as inscrições rupestres como sinais descritivos, símbolos, batalhas, magia, lugares de pouso ou sepultamento. Enfim, registros dos primeiros habitantes da região.

Diante da necessidade de buscar outras fontes de conhecimento além do Urbanismo e da História, recorreremos aos conhecimentos dos arqueólogos Prous (1978-80; 1992; 1997; 2006), Bueno (2019) e ainda Heckenberger, Petersen e Neves (1999) e sobre a Arqueologia no Brasil.

Ao produzir conhecimento arqueológico sobre esse longo período da História, os arqueólogos nos sinalizam que é necessário lutar contra os mitos redutores e construir narrativas sobre histórias dos povos originários das Américas. Esta perspectiva levanta discursos alternativos, fundamentados em uma revisão crítica do termo ‘pré-história’ (BUENO, 2019; PROUS, 2006), como anteriormente mencionado.

Ainda é necessário corrigir uma série de ideias errôneas como a de que os indígenas “como qualquer homem pré-histórico, teriam vivido num mundo frio e povoado por mamutes e dinossauros, refugiando-se dentro de cavernas, mas também nômades, sem domicílio fixo”, fabricavam seus instrumentos com pedra e não imaginavam uma sociedade racionalmente organizada como a dos brancos. Esta é, obviamente, uma fantasia oriunda das pesquisas realizadas na Europa, dentro de uma perspectiva evolucionista. Urge desconstruir o rompimento reforçado durante o longo do processo de colonização das Américas, consolidado e quase naturalizado pelo discurso científico, a partir do final do século XIX (PROUS, 2006).

Bueno (2019) concorda com Prous (2006) quando afirma que ainda que o rompimento entre um mundo pré e pós-invasão europeia, um mundo que separa as sociedades ameríndias de sua história, cria um discurso que, para além do distanciamento temporal, provoca também um movimento de expropriação da terra. A Fundação Nacional do Índio (Funai) vinha trabalhando duramente na demarcação de terras indígenas, protegendo seus direitos territoriais e estabelecendo limites a fim de garantir a sua identidade.

Infelizmente essas sociedades ainda se encontram num não-lugar, perdidas em um tempo imemorial, ocupando lugares que permanecem relegados a um tempo não mais existente, desaparecidos do mapa, sem história, sem gente, reforçando a narrativa de que os europeus, quando aqui chegaram, encontraram ‘terra virgem’, uma terra sem história, uma tábula rasa (Fig.05).

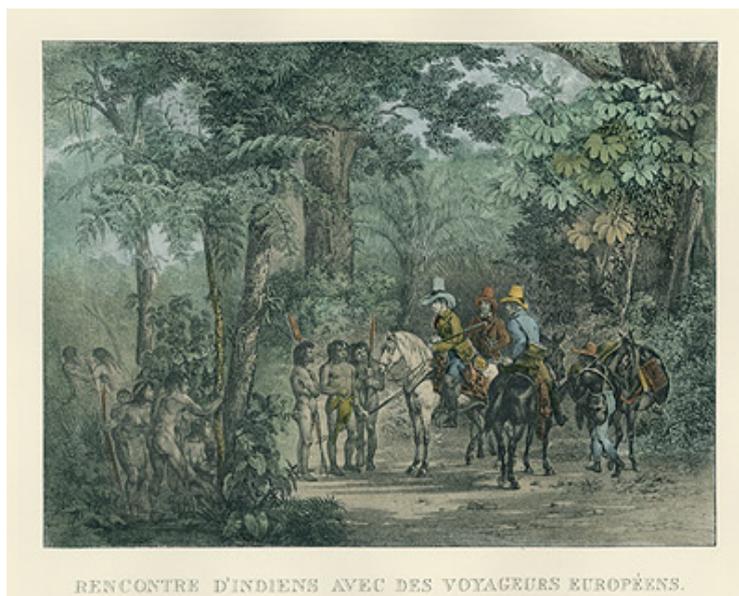


Fig. 05 - Encontro dos viajantes com índios por Rugendas (século XIX). In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. SP: Itaú Cultural, 2021.

A proposta de Prous (2006) é integrar este debate a uma narrativa sobre a origem dos povos ameríndios e, portanto, como marco fundador de uma História indígena.

No que se refere à noção de ‘pré-história’ como História indígena, Prous (2006) defende que é premente a necessidade de desconstruir o rompimento criado entre sociedades indígenas pré e pós-invasão europeia, de forma a compreender os processos de continuidade e de mudança, e incorporar outros discursos para construção de uma narrativa baseada na perspectiva de ‘tempo profundo’.

Retomando a perspectiva indiciária, algumas “casas subterrâneas” e flechas isoladas foram localizadas nas regiões mais frias de Minas Gerais (na Comarca em estudo, em Andrelândia, onde ainda há restos de mata nativa de Araucária, vestígios de um paleoclima mais frio e na Zona da Mata). Estes vestígios documentam certamente a existência de movimentação de pessoas e ideias entre os domínios tropical e subtropical ao longo dos dois ou três últimos milênios.

Supõe-se que os autores das casas “subterrâneas” tenham sido os ancestrais dos indígenas chamados Guaianá indicados em textos do século XVI. Em algumas encostas abrem-se galerias, eventualmente ramificadas, que teriam sido refúgios em caso de conflito. Eram sobretudo os Tupi-guarani que ocupavam os vales vizinhos (em São João del-Rei a furna Casa da Pedra foi morada de indígenas).

Os indígenas da Comarca do Rio das Mortes, puris, croatos, cropós, botocudos, carijós, cataguases, guaianases são bem mais recentes que os “paleoíndios” (PROUS, 1992), mas foram quase totalmente dizimados. Não temos noção da real dimensão dos genocídios/epistemicídios que houve contra povos nativos na invasão das Américas (GROSGOUEL, 2016).

Infelizmente os vestígios de caminhos desses caçadores coletores ou caminhos de populações humanas menos exploradoras, mais colonizadoras e instaladas não foram preservados, restam alguns trechos (CINTRA, 2021).

Ao nos propormos a desvendar caminhos históricos indígenas ficamos com o sentimento que essa é uma missão quase impossível para a qual precisaremos muito da ajuda da Arqueologia e dos próprios povos indígenas remanescentes, por isso compreendemos a importância da revisão de literatura por parte dos arqueólogos.

Observamos ainda que as pesquisas de Heckenberger *et al* (2008), na Amazônia (Amazônia brasileira, peruana, equatoriana e boliviana) podem nos trazer valiosas contribuições que renovam o debate sobre delimitações dos caminhos históricos indígenas.

Embora as pesquisas arqueológicas sejam incipientes na Comarca do Rio das Mortes (RESENDE *et al*, 2014), a relação entre as ligações dos sítios arqueológicos e os caminhos rodoviários atuais tem sido um ponto importante para nossa pesquisa - é sabido que a BR-040 tem um trecho que foi picada indígena (HECKENBERGER *et al*, 2008).

### CAMINHO OU ESTRADA “REAL”?

A rota conhecida hoje como “Caminho ou Estrada Real”, tem seu traçado baseado nos Caminhos Velho, Novo, de Sabarabuçu e dos Diamantes (Fig.6) (IER, s/d). Ao longo de sua extensão é possível encontrar diversos vestígios arqueológicos, entre eles o cerâmico, o lítico e a arte rupestre, comprovando a participação indígena na sua delimitação (RESENDE *et al*, 2010; 2014; 2019).

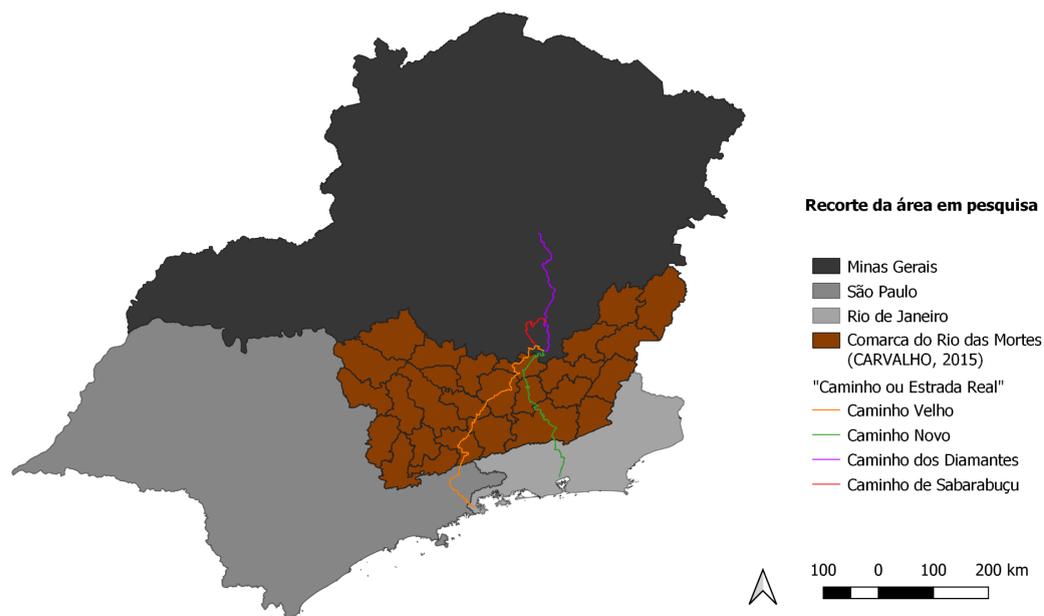


Fig.06 - Mapa adaptado pelos autores do recorte da área em pesquisa. DATUM: SIRGAS 2000. Bases cartográficas: IBGE e Instituto Prístino.

Conforme entendimento crítico relacionado à noção do *marketing* cultural, “Caminho ou Estrada Real” seria uma das narrativas colonizadoras do conhecimento do período histórico indígena brasileiro, que reforça a visão de um território não habitado, invisibilizando os povos originários e seus saberes ancestrais culturais e territoriais como informações e práticas espaciais (LEFEBVRE, 1991) imprescindíveis para o domínio colonial e territorial, com a perpetuação de práticas perversas na atualidade (NASCIMENTO, 2020).

Ao se denominar como ‘Real’ “banaliza-se a pré-existência das práticas espaciais indígenas e sua relevância no processo colonizatório, porque parte-se de uma perspectiva orientada pela visão eurocêntrica” (NASCIMENTO, 2020, p.4).

Apenas dois destes quatro caminhos denominados “reais” atravessam a Comarca do Rio das Mortes. O Velho que liga Ouro Preto a Paraty, implementado no século XVII (IER, s/d) e, provavelmente, sobre trilhas indígenas (RESENDE et al, 2014). E o Novo que liga Ouro Preto ao Rio de Janeiro, com início da criação de seu traçado em 1698 e finalização entre 1722 e 1725, como uma rota mais rápida e segura para escoar as riquezas do território mineiro (IER, s/d).

Acredita-se que este caminho não foi aberto sobre picadas indígenas (Fig.07). Em sua margem oriental encontravam-se as *áreas proibidas* que, por não produzirem ouro, foram rigorosamente conservadas por ordem da Coroa, sendo-lhes impedido o acesso até o final do século XVIII como forma de barrar os descaminhos (FONSECA, 2011, CARVALHO, 2015).



Fig.07 - Abertura do Caminho Novo: derrubada de florestas, paisagem retratada por Rugendas entre 1821 e 1825. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. SP: Itaú Cultural, 2019.

**TOPONÍMIA INDÍGENA NA COMARCA DO RIO DAS MORTES: INDÍCIOS SOCIOCULTURAIS NA FORMAÇÃO DAS MINAS GERAIS**

Retomando o paradigma indiciário, ao procurarmos “pistas” nem sempre muito vistosas a exemplo da toponímia (DICK, 2006) dos núcleos urbanos fundados na Comarca dos séculos XVIII-XIX que remetem a indícios de que a expansão urbana ali existente foi calcada sobre territórios ocupados por indígenas. O que Prous (2006) chama de “processos de colonização sistemática” chamamos tecnicamente em Urbanismo de “expansão urbana” ou “processos de urbanização”.

A Comarca do Rio das Mortes existiu por 177 anos em um território de cerca de 120 mil km<sup>2</sup>, que começou com dois núcleos - São João del-Rei e São José del-Rei (atual Tiradentes)-, alcançando, atualmente, 317 núcleos. A rede urbana era composta pela fusão das redes civil, judiciária e eclesical, na qual Estado e Igreja atuavam de maneira conjunta durante o período do Padroado em Minas Gerais (séculos XVIII-XIX) (CARVALHO, 2015).

A rede civil era composta por vila, arraial, registro, distrito e município. Já a rede judicial é definida pelas Comarcas e seus termos, distritos policiais e de paz e presídios - lembrando que os ‘presídios’ desta época possuíam um dever mais militar do que judiciário. A rede eclesical, a maior fundadora urbana na Comarca, devido a estruturação urbano-política que ocorria em Portugal, centraliza o poder na colônia, evitando os descaminhos do ouro, por medo de motins na colônia, entre outros: “relacionava-se às seguintes estruturas eclesiásticas: episcopado, bispado (e sua vigararia), os prelados e suas paróquias, as estruturas diocesanas” (CARVALHO, 2015, p.156).

Se atentarmos para a toponímia das nucleações urbanas da rede civil, judiciária e eclesical, encontramos adoção de nomes portugueses, indígenas e híbridos - provavelmente como uma maneira de manter o nome indígena, mas impor conjuntamente o nome português.

Fonseca (2011, p.75) ao referenciar Barbosa (1985) comenta “que a maior parte dos topônimos de origem indígena de Minas não foi criada pelos índios do lugar: a maioria vem do tupi, língua dos ‘gentios’ do litoral e dos índios ‘domesticados’ que participavam das bandeiras paulistas, ao lado dos mestiços e dos brancos”.

Alguns exemplos de toponímia indígena ou híbrida das nucleações urbanas da rede civil são: Ibituruna (significa “serra negra” em tupi), Baependi (“clareira na mata”, “picada que dá passagem”, “atalho”, “muitos caminhos dependurados”), Santana do Paraopeba (“rio de águas rasas”), Itaverava (“pedra brilhante”), fundadas entre 1672 e 1680. Arraial de Pitangui (1715) (“rio das crianças”), Registro de Itajubá (1765) (“pedra amarela”), Registro de Camanducaia (1769) (“feijão queimado”), Registro de Mandu (“Pessoa extremamente tolerante, amiga e fiel ao próximo”), Registro de Aiuruoca (1776) (“casa de papagaio”), desmembramento de Itutinga (“cachoeira branca”) em relação a São João del-Rei (1870) (IGA-MG, 1997; DICK, 2006).

Já a toponímia indígena ou híbrida das fundações urbanas eclesiais são: Campo Alegre dos Carijós (1709) (“descendentes dos anciões”), Curato de

Conceição do Ibitipoca (1750) (“ybytyra - serra, pok – estouro”) Freguesia Colativa de Aiuruoca (1752) (“ninho de papagaios”), Capela de Guarapiranga (1753) (“guarás vermelhos”), Capela de Pedra do Indaiá (1771) (“fruto de fios”), Ibituruna (1825) (“serra negra”), Santana do Capivari (1840) (“rio das capivaras”), Freguesia de Guarani (1859) (“guerreiro”), Carandaí (1872) (“espécie de palmeira”), Cambuquira (1880) (“rabadilhas de folhas”), Cataguases (1892) (“gente boa”), Curato de Guarará (1915) (“tambor usado pelos gentios”), Paróquia de Pium- í (1803) (“rio dos mosquitos”), Paróquia da Freguesia de Bambuí (1816) (“rio que corre na planície”), São José do Chopotó (1836) (“cipó amarelo”), Freguesia de São Brás do Suaçui (1850) (“rio de animal grande”), Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé (1846) (“caminho das abelhas”), Paróquia de Capivari (“rio das capivaras”) (antiga Jaguari- “rio do jaguar”) (1857) (IGA-MG, 1997; DICK, 2006).

## PROCESSO CIVILIZATÓRIO E O APAGAMENTO DO OUTRO

A ideia de humanidade construída ao longo dos últimos milênios é da perspectiva dos homens brancos europeus que invadiram outros territórios apoiados na convicção da necessidade de levar esclarecimento para os povos obscurecidos ao redor do planeta Terra. As ideias de civilidade e cidadania difundidas demonstram apenas um modo de viver a vida, dizimando a diversidade e a pluralidade dos diferentes povos e guiando as decisões a favor de determinados grupos em diferentes períodos da história (KRENAK, 2020a).

Para entendermos a visão de mundo das populações autóctones foram necessárias leituras e explicações de indígenas, como Ailton Krenak (2020a; 2020b), Edson Kayapó<sup>1</sup>, Davi Kopenawa<sup>2</sup> e o chamado “perspectivismo ameríndio” do antropólogo brasileiro Viveiro de Castro (1996; 2004; 2012). Segundo eles, a relação entre ser humano e natureza - podemos traduzir para a tradição ocidental como ser humano e espaço (LARA, 2020) - é de simbiose, sem separação, ou seja, tudo é natureza, desde os animais, vegetais, minerais ou objetos até o ser humano.

Isso pode ser observado na utilização dos recursos naturais de maneira não predatória e voltados para a subsistência. Um adendo que podemos fazer também é nas habitações indígenas brasileiras que eram compostas principalmente por matéria orgânica, o que colaborou para os escassos vestígios encontrados hoje, por um lado é uma questão positiva, pois os materiais utilizados retornaram ao ciclo natural. Essa diferença de visão de

---

<sup>1</sup> Ver: Aula inaugural do Ensino Remoto Emergencial da Universidade Federal de São João del-Rei. *A universidade e os saberes indígenas: diálogos epistemológicos*. TV UFSJ. Transmitido ao vivo em 15 set. 2020. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=Y13tUGVw\\_Zg](https://www.youtube.com/watch?v=Y13tUGVw_Zg)>. Acesso em: 15 mar. 2021. Ver também o curso de “Saberes Ancestrais e Práticas de Cura” realizado pelo Núcleo de Psicologia Comunitária e da Saúde (NUCS) vinculado ao curso de Psicologia-UFCG. Disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UCzmMxm\\_us9ZzwHsQF-8cAsQ/videos](https://www.youtube.com/channel/UCzmMxm_us9ZzwHsQF-8cAsQ/videos)>. Acesso em: 2021.

<sup>2</sup> Ver: AMAZÔNIA: O DESPERTAR DA FLORESTANIA. Direção: Christiane Torloni e Miguel Przewodowski. Produção de Christiane Torloni. Brasil: Globo Filmes e Canal Brasil, 2018.

mundo causou um grande choque e conflito no encontro entre as culturas ameríndia e europeia.

No século XV, com a chegada dos europeus no continente americano, houve a confrontação entre povos e conseqüentes discussões no ambiente europeu, não mais da fé do outro, mas sim do questionamento da humanidade do outro (GROSFOGUEL, 2016). Vale ressaltar que “A colonização é primeiramente uma exploração político-econômica. [...] é de uma relação de povo a povo e não de classe a classe que se trata” (MEMMI, 2007, p.17).

O processo colonizatório só é vantajoso para o colonizador e não para o colonizado (MEMMI, 2007; SCHWARCZ e STARLING, 2020) e, para que o processo fosse bem sucedido muitos fatores foram necessários, dentre eles, um dos meios utilizados foi atribuir traços animais nos colonizados para desumanizá-los, tirando suas personalidades e singularidades (RAMINELLI, 1996; MEMMI, 2007; SCHWARCZ e STARLING, 2020).

Entende-se neste presente artigo que os processos civilizatórios tem como objetivo o apagamento do outro. Eles transformam o colonizado em objeto que “deveria passar a existir apenas em função das necessidades do colonizador” (MEMMI, 2007, p.124).

Podemos ver isso nas cidades e nos espaços públicos e privados. Enquanto a flora e a fauna são exaltadas em mapas, imagens e escritos, é frequente a adoção de nomes pejorativos para descrever os nativos como “gentios, bárbaros, selvagens e antropófagos” (RAMINELLI, 1996, p.15).

As conseqüências nefastas desse genocídio e epistemicídio (GROSFOGUEL, 2016) dos povos indígenas podem ser observadas até hoje na luta interminável da demarcação das terras indígenas ou na transferência dessas pessoas de seu lugar de origem, campos e florestas, e de seus coletivos para as favelas e periferias dos centros urbanos para virar descarte ou mão de obra do sistema econômico vigente (KRENAK, 2020a).

Segundo Lara (2020), as cidades são planejadas para excluir, independente se são de matriz espanhola ou portuguesa. Enquanto aquela é tida como mais racional por possuir um traçado xadrez em planos cartesianos/ortogonais, seguindo a Lei das Índias (1572), estas são consideradas não-planejadas por possuir um traçado mais orgânico.

Embora as cidades de matriz portuguesa sejam julgadas como não-planejadas, há outros pesquisadores como Ferreira (1996, p.557) que afirma que o tipo de morfologia urbana português pode conter “configurações mais complexas e intrincadas”, ou seja, elas eram sim planejadas - seguiam diretrizes urbanísticas-, só que em uma lógica diferente das espanholas.

O desenho urbano na América é feito há cinco séculos por e para o colonizador - sobretudo por meio de mão de obra escravizada indígena e africana e seus descendentes-, que vai desde a “Lei das Índias (1572), que proibia os nativos de viver nas cidades, até as favelas e o programa *Minha Casa Minha Vida* contemporâneos” (LARA, 2020, p.11).

Esse projeto modernizador/colonialista implantado no ‘Novo Mundo’ resultou no genocídio e epistemicídio (GROSFOGUEL, 2016) ameríndio,

calcula-se que entre 1492 e 1600, 90% da população autóctone foi morta, alguns milhares por chumbo e pelo menos 8 milhões por doenças trazidas pelos estrangeiros (LARA, 2020).

Os ameríndios e africanos têm suas vozes silenciadas e são escalados para papéis secundários na sociedade até hoje. Podemos observar que as consequências dessas tragédias continuam invisíveis - embora com esforços para se trazer a luz-, mas sabemos que essas invisibilizações são perpetuadas por grupos sociais que se beneficiam com a degradação urbana, social, ambiental, política e econômica.

William (2019, p.18) traduz cultura de um povo como “a sua visão do mundo e do universo, as suas religiões, a sua história e as suas tradições”. Ainda para o autor citado, “cultura implica pertencimento, logo não pode ser considerada domínio de todos. Na lógica do colonizador, uma vez expropriado de seu território, um povo perderia também a propriedade de sua cultura”, ou seja, durante a colonização ocorreu a assimilação de traços da cultura do dominador pelo dominado.

Com massacres de tribos, indígenas e africanas, e a proibição de praticar seus costumes e tradições, os seres perdem suas identidades tornando-se mais facilmente dominados.

O contato de diferentes povos e culturas converte-se em aculturação com a “fusão de duas ou mais culturas diferentes a partir de um contato permanente que gera mudanças em seus padrões culturais” (WILLIAM, 2019, p.21). A sociedade brasileira é marcada por elementos culturais indígenas, africanos, europeus e, com o passar dos séculos, de imigrantes vindos para o Brasil.

É importante ressaltar que essa fusão de culturas já ocorria bem antes da chegada dos europeus no continente americano, podendo ser percebidas, por exemplo, em pinturas rupestres que ocorrem sobreposições e acréscimos de elementos de diferentes tradições e em diferentes períodos históricos e locais (PROUS, 1992; RESENDE *et al*, 2019).

Geertz (1978) e William (2019, p.24) alertam para a importância de que o estudo de outra cultura não nos dá propriedade e nem nos torna um integrante do grupo, e que “somente um nativo faz a interpretação de sua cultura em primeira mão”.

Com isso, as autoras destacam que é de vital importância o espaço de fala desses indivíduos e reforçam sobre “o perigo de uma história única” (ADICHE, 2019) nas narrativas contadas e passadas de geração em geração.

Constata-se que o desenvolvimento do continente sul americano é dominado pela globalização capitalista neoliberal que nos faz pensar que sentido de progresso tem sido aqui imposto. Os países tidos como desenvolvidos continuam até hoje a explorar outros territórios, extraindo suas riquezas, destruindo o meio ambiente e a cultura, impondo materiais manufaturados e industrializados por preços que perpetuam a relação entre dominador e dominado (MEMMI, 2007; WILLIAM, 2019).

A mudança de mentalidade não é apenas para proteger as populações marginalizadas, mas sim para assegurar a qualidade de vida no e do planeta, já que as atividades exploratórias fazem exatamente o contrário, sem pensar em quem ou o que vai afetar, excluindo e predando.

Não podemos mais continuar aceitando a superioridade de determinadas civilizações e culturas que dominam e controlam corpos e territórios ao seu bel prazer e muito menos os males da contemporaneidade - sexismo, racismo, neoliberalismo e extremismo religioso (LARA 2020).

“A vida não é útil” (KRENAK, 2020b), ou seja, as vidas não devem ter utilidade para uma organização ou pessoa. Estudar a América Latina e entender que apenas a tradição ocidental é insuficiente para “nós nos entendermos” (LARA, 2020, p.9) são fundamentais e podem contribuir para trazer à luz uma perspectiva decolonial, inter e transdisciplinar, oferecendo outras leituras e análises históricas e espaço-temporais no sentido de construir uma sociedade mais plural, inclusiva e equiparada.

## CONCLUSÃO

A necessidade em aprofundar o entendimento cartográfico (Costa, 2007) em relação com a condição espacial (CARLOS, 2011) e seus aspectos histórico-sociais, diante debates sobre configuração, representação e narrativas, sejam elas nacionais, regionais e/ou urbanas permite contribuir para o aprimoramento da formação estudantil em graduação e pós-graduação, estimulando a leitura e a produção científica a partir de um arcabouço histórico, teórico brasileiro, crítico, amplo, pós-colonial inter e transdisciplinar em diálogo complementar com o da Arquitetura e Urbanismo.

Destacam-se os seguintes apontamentos acerca do trabalho realizado:

1. a pesquisa historiográfica urbana tem deixado de lado as questões territoriais da história indígena dando ênfase sobretudo ao denominado período colonial;
2. restam vestígios dos indígenas no antigo território da Comarca do Rio das Mortes em signos pictóricos rupestres deixados pelos “paleoíndios” (PROUS, 1992) nas formações rochosas de Andrelândia, na Serra do Lenheiro em São João del-Rei ou na toponímia de rios e lugares, assim como em territórios ainda inexplorados pela Arqueologia, com vestígios indígenas fundamentais para a reconstrução de narrativas invisibilizadas;
3. o Caminho Geral do Sertão foi uma rota que ligava Minas a Goiás e foi “aberto” sobre uma picada indígena; o Caminho Velho também seguiu por picadas indígenas. Quanto aos caminhos dos tropeiros, caminhos das boiadas baianas e caminhos do celeiro agrícola do sul de Minas talvez tenham tido trechos que anteriormente eram caminhos indígenas. afirmando que os caminhos históricos dos povos autóctones colaboraram para a interiorização e exploração do território brasileiro pelos estrangeiros;

4. todos os vestígios e indícios são extremamente importantes para contar a história dos seres humanos na terra, em especial os locais de evidência humana no passado;
5. fazer outras leituras e análises históricas e espaço-temporais são cruciais para construir uma sociedade mais plural, inclusiva e equiparada.

## REFERÊNCIAS

ADICHE, C. N. *O perigo de uma história única*. SP: Companhia das Letras, 2019.

ADONIAS, I. (revisão); FARIAS, M. D. (texto). *A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional*. RJ: Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/a-representacao-cartografica-no-brasil-colonial-na-colecao-da-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ANDRADE, F. E. A Picada de Goiás e as capelanias na Capitania de Minas Gerais. Apresentação no Segundo Encontro de Pesquisadores do Caminho Novo de Minas Gerais, SJDR, 2011.

ARAÚJO, P. V. L. Uma pequena cidade mineira: Campanha na virada do século XIX. In: *Anais do XVII Encontro Regional de História– O lugar da História*. Campinas: ANPUH/SPUNICAMP, p.6-10, set. 2004.

ARENDDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. SP: Perspectiva, 2019.

ATLAS MILLER (1519). Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <http://www.mapas-historicos.com/atlas-miller.htm>. Acesso em: jul. 2021.

BNRJ\_BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Acervo Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 2021.

BUENO, B. P. S. Dossiê: Caminhos da História da Urbanização no Brasil-colônia. In: *Anais do Museu Paulista*. SP: Museu Paulista, 2012.

\_\_\_\_\_, L. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? Boletim do Museu do Pará Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v.14, n.2, p.477-495, maio-ago, 2019.

CANIGGIA, G; MAFFEI, G. L. *Tipología de la Edificación: Estructura del espacio antrópico*. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. SP: Contexto, 2011.

CARTELLE, C. *Como Minas Gerais pode ajudar a recontar as histórias do Museu Nacional*. Jornal Estado de Minas. 5 set. 2018. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/09/05/interna\\_gerais.986174/como-minas-pode-ajudar-a-recontar-as-historias-do-museu-nacional.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/09/05/interna_gerais.986174/como-minas-pode-ajudar-a-recontar-as-historias-do-museu-nacional.shtml). Acesso em: nov. 2021.

CARVALHO, M. F. D. A. *Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado. BH: NPGAU-UFMG, 2015.

CASTRO, E. V. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. *Mana* 2(2):115-144, 1996.

\_\_\_\_\_, E. V. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. O que nos faz pensar*, n.18, set. 2004.

\_\_\_\_\_, E. V. *Do perspectivismo ameríndio ao índio real*. *Campos* 13(2):7-23, 2012.

COELHO, C. (Org). *Os Elementos Urbanos: Caderno Morfologia Urbana*. Lisboa: Argumentum, 2013.

CINTRA, J. P. *Curso de difusão Territórios em Disputa*. SP: Museu do Ipiranga, 2021.

\_\_\_\_\_, J. P. *Técnicas de Leitura de Mapas Históricos: uma proposta*. *Revista Brasileira de Cartografia*. RJ, n.67/4, p.773-786, jul./ago. 2015.

COSTA, A. G. (Org.). *Roteiro prático de cartografia: Da América Portuguesa ao Brasil Império*. BH: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_, S. A. P; NETTO, M. M. G. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. BH: C/Arte, 2015.

CORTESÃO, J. *Teoria Geral dos descobrimentos portugueses: a geografia e a economia da Restauração*. Comunicação apresentada ao *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Seara Nova, 1940a.

\_\_\_\_\_, J. *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Editorial Ática, 1940b.

CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 1966.

CUNHA, A. M; SIMÕES, R. F; PAULA, J. A. *História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico*. *Revista Estudos Econômicos*, v.38, n.3, jul./set. 2008. SP: Estudos Econômicos, 2008.

DANGELO, A. G. D; BRASILEIRO, V. B; DANGELO, J. *Memória arquitetônica da cidade de São João Del-Rei: 300 anos*. BH: Biográfica, 2014.

DICK, M. V. P. A. *Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)*. In: SEABRA, M. C. T. C. (org). *O léxico em estudo*. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

EVERITT, B. S. *Clusteranalysis*. Hampshire: Gower Publishing Company Limited, 1986.

FÁVERO, E. *Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios a partir de indicadores econômicos e sociais*. Tese de Doutorado. SP: USP, 2004.

FERREIRA, F. Cidades coloniais brasileiras e espanholas na América: Uma abordagem comparativa. In: *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 4., 1996, RJ. Anais eletrônicos... RJ: UFRJ, PROURB, v.1, p.557-562.

FONSECA, C. D. *Arraiais e Vilas D'el Rei: Espaço e Poder nas Minas Setecentistas*. BH: Editora UFMG, 2011.

FURTADO, J. F. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*. SP, v.17, n.2, p.155-187, jul./dez. 2009.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. RJ: ZAHAR, 1978.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. SP: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, M. M; PAIVA, C. A; RODARTE, M. M. S. *População e economia de uma Freguesia Escravista: São José do Rio das Mortes, 1720-1950*. Pesquisa Cedeplar- CNPq. BH: UFMG/FACE, 2000.

GROSGOUEL, R. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Soc. estado, Brasília, v.31, n.1, p.25-49, abr. 2016.

HECKENBERGER, M. J. *et al.* Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon. In: *Science* 321, 1214, 2008.

\_\_\_\_\_, M. J. B; PETERSEN, J; NEVES, E. G. *Tamanho da vila e permanência na Amazônia: dois exemplos arqueológicos do Brasil*. Cambridge: University Press, 1999.

HOLANDA, S. B. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. SP: Difel, 1988.

\_\_\_\_\_, S. B. *Caminhos e fronteiras*. 4.ed. SP: Cia das Letras, 2018.

IPHAN\_INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio Arqueológico - MG*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/639/>>. Acesso em: nov. 2021.

IGA-MG\_INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*. 2.ed. BH: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997.

IER\_INSTITUTO ESTRADA REAL. *Caminhos*. Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/>>. Acesso em: 2021.

JOSÉ, O. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnográficos*. BH: 1965.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2.ed. SP: Companhia das Letras, 2020a.

\_\_\_\_\_, A. *A vida não é útil*. SP: Companhia das Letras, 2020b.

LARA, F. L. Prefácio: por uma teoria da arquitetura decolonizada. In: *Por um Ensino Insurgente em Arquitetura e Urbanismo*. MOASSAB, A; NAME, L. (orgs.). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020. p.7-12.

LEANDRO, E. G; PASSOS, C. L. B. O paradigma indiciário para análise de narrativas. *Educar em Revista*, n.37, 2021.

LEFEBVRE, H. *The production of Space*. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.

MACHADO, A. R. A. O Trabalho Indígena no Brasil Durante a Primeira Metade do Século XIX: Um Labirinto para os Historiadores. In: *História e Historiografia do Trabalho Escravo no Brasil: Novas Perspectivas*. RÉ, H. A; SAES, L. A. M; VELLOSO, G. (Orgs.). SP: Publicações BBM, 2020.

MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

MORAES, F. B. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese de Doutorado. SP: USP, 2006.

\_\_\_\_\_, F. B. Essas miniaturas do mundo: a cartografia histórica e o processo de ocupação do território na América portuguesa. *Revista Vivência do Centro de Ciências e Artes (CCHLA)* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), n.29, p.163-187, 2006.

NASCIMENTO, A. *Iconografia dos Caminhos: Entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras setecentistas e sua relação com os caminhos pré-históricos indígenas*. Projeto de Iniciação Científica. SJDR: Edital 004/2020/PROPE/UFSJ, 2020.

\_\_\_\_\_, A; DAMINELLO, J. M. Entre caminhos e barreiras em Itararé: estudo do território e da forma urbana. In: *PNUM 2018, A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.

\_\_\_\_\_, A. G; CIONI, I. F; PEREIRA, M. C. A; SILVA, P. J. C; RIBEIRO, S. H. C. Urbanização, Caminhos e Iconografia: Recortes e processos mineiros. In: *Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 7.*, 2021, BH. Anais eletrônicos... BH: UFMG, 2021.

OLIVEIRA, V; PINHO, P. Morfologia Urbana e Planeamento Territorial. In: *O Estudo da Forma Urbana em Portugal*. Porto: Porto Edições, 2015.

PAIVA, C. A. *Estrutura e dinâmica da população mineira no século XIX*. BH: Cedeplar, 1987.

PANERAI, P. *Análise Urbana*. Brasília: UnB, 2006.

PRED, A. *Sistemas de cidades em economias adiantadas*. SP: Zahar, 1979.

PROUS, A. O paleo-índio em Minas Gerais. In: *SciELO*, 1978-80.

\_\_\_\_\_, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1992.

\_\_\_\_\_, A. O povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica. *Revista da USP*, n.34, pp.8-21, 1997.

\_\_\_\_\_, A. *O Brasil antes dos brasileiros: A pré-história de nosso país*. RJ: Jorge Zahar Editora, 2006.

RAMINELLI, R. *Imagens da colonização: A representação do índio de Caminha a Vieira*. RJ: Zahar, 1996.

RESENDE, M. L. C; SALES, C. L; ROCHA, L. C; FONSECA, B. M. Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.2, p.108-125, 2010.

\_\_\_\_\_, M. L. C; ROCHA, L. C; SALES, C. L; SANTOS, P. P; COUTO, R. C. Estrada Real: Um “Lugar de Memória” dos povos indígenas. *Tempos Gerais (São João-del Rei)*, v.5, p.43-63, 2014.

\_\_\_\_\_, M. L. C; ROCHA, L. C; SALES, C. L; SANTOS, P. P. *A Pré-História na Estrada Real: itinerário turístico-cultural da arte rupestre*. São João del-Rei: NEAD (UFSJ), 2019.

REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500-1720*. 2.ed. SP: Pini, 2001.

RIBEIRO, A. C. T. Oriente Negado: cultura, mercado e lugar. In: *Edição especial Territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: Cadernos PPG-AU/UFBA, 2004.

ROCHA, J. J. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. BH: Fundação João Pinheiro-CEHC, 1995.

ROSSI, A. *A Arquitetura da Cidade*. SP: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, M. M. D. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. COSTA, A. G. (Org.). BH: Editora UFMG, 2007. p.51-81.

\_\_\_\_\_, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista n.79*. SP: Novos estudos - CEBRAP, 2007.

\_\_\_\_\_, M. M. D; SEABRA, M. C. T. C; COSTA, A. G. *Atlas do Patrimônio Histórico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*. BH: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. M. *Brasil: uma biografia*. SP: Companhia das Letras, 2020.

TEIXEIRA, M. C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. SP: Editora Unesp, 2012.

VERUNSCHK, M. *O som do rugido da onça*. SP: Companhia das Letras, 2021.

WILLIAM, R. *Apropriação Cultural*. SP: Pólen, 2019.